

**O SABER MÉDICO E AS PRÁTICAS POPULARES DE CURA NO VALE DO
JEQUITINHONHA**

KEILA AUXILIADORA CARVALHO*

RAMON FELIPHE SOUZA**

Introdução

Neste trabalho, apresentaremos algumas reflexões produzidas no âmbito de uma pesquisa que busca mapear e compreender a permanência de determinadas práticas de cura em municípios da microrregião do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. Nossas primeiras análises têm demonstrado que, embora as práticas populares de cura fossem menosprezadas em detrimento do avanço das ciências médicas, e malgrado todo o processo de repressão aos “curadores”, há uma permanência das mesmas na sociedade. E, no caso específico do Alto Jequitinhonha, identificamos que as práticas populares de cura, antes de se apresentarem como uma estratégia à falta de recursos relacionados à saúde, estão relacionadas à cultura regional. Tais práticas populares coexistem com métodos da medicina convencional, havendo, inclusive, uma troca entre ambas.

Nesse sentido, por meio de uma abordagem interdisciplinar, dialogando especialmente com alguns conceitos da geografia, pretendemos refletir sobre a *invenção* do Vale do Jequitinhonha e os discursos produzidos a seu respeito. No que se refere à região, partimos da perspectiva apresentada por Albuquerque Júnior (2011), que enfatiza que os recortes geográficos, ou seja, as regiões são resultados de discursos humanos¹. Assim, não há um consenso sobre o conceito de região, segundo Servilha (2012), o debate acerca de tal conceito está em diversas áreas do saber. Por isso, o autor acrescenta que não se pode compreender uma determinada região apenas como recorte geográfico, é preciso olhar para além dela mesmo. Para olhar além, torna-se necessário entender os atores que produzem discursos a respeito dos espaços geográficos.

Para Diniz (2005), região pode ser entendida como um recorte político administrativo que, apesar de ter certa autonomia no plano local, está subordinada política e economicamente a um poder central. E, além disso, o autor acrescenta que, historicamente, a ideia de região vem

* Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Doutora em História. Pesquisa desenvolvida com apoio da FAPEMIG.

** Graduado em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

¹ Foucault (2007), salienta que o discurso representa uma consciência e, mais que uma expressão da linguagem, é uma prática que possui formas próprias de encadeamento.

sendo empregada como instrumento de ação e controle de territórios sobre a dependência político-administrativa de um poder central.

Assim, ao analisarmos o Vale do Jequitinhonha, enquanto um espaço geográfico, o consideramos como resultado de discursos, elaborados e difundidos sobre o mesmo. No caso específico desta região, pode-se compreender que os discursos representam interesses estatais com fins de planejamento, através dos quais, como destacou Sevilha (2012), criou-se uma região-problema². Obviamente, entendemos que este trabalho não conseguirá extinguir as dúvidas e lacunas sobre a *invenção* do Vale do Jequitinhonha, enquanto representação da pobreza, atraso e miséria. Mas, trata-se de mais um passo para a compreensão dos atores que produzem discursos sobre esta região e, por conseguinte, a significam fazendo como que ela se diferencie e/ou seja diferenciada de outros espaços geográficos³.

Nessa perspectiva, antes de tratarmos das práticas de cura, traçaremos um breve histórico sobre o processo de “criação” do Vale do Jequitinhonha, levando em conta os fatores sociais e econômicos para sua constituição. Salientando mais uma vez que se trata de uma região inventada a partir da descoberta de sua pobreza e do discurso de sua superação.

O Discurso do Abandono: de Norte de Minas à Vale do Jequitinhonha

A ocupação do Vale do Jequitinhonha coincide com a própria colonização de Minas Gerais, “seu povoamento iniciou-se juntamente com o ciclo do ouro, no fim do século XVII, consolidando-se no século XVIII, durante o ciclo do diamante” (NASCIMENTO, 2009). No referido período, a região era conhecida como *Norte de Minas* – nomenclatura adotada, pelo menos, até 1973 -, o qual englobava o que hoje conhecemos como Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas.

Historicamente a bacia do rio Jequitinhonha foi, por séculos, ocupada por populações indígenas (SERVILHA, 2012). Porém, com a chegada dos portugueses no início do século XVIII, devido à descoberta de ouro e diamantes na região, passa a haver contato estreito entre os três grupos fundamentais para entendermos a diversidade sociocultural que atualmente marca a região, quais sejam: o indígena, o africano e o europeu.

O Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, se desponta nesse cenário como sede administrativa da área mineradora do Norte de Minas.

² Região delimitada política e administrativamente com fins de planejamento e interesses estatais – porém, nem sempre públicos (SERVILHA, 2012).

³ Sobre essa discussão, cf.: Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região, Mateus Sevilha, 2012.

No ano de 1734 já ao redor do Tijuco floresciam importantes povoações, como o Rio Manso, Penha, Araçuaí, Rio Preto, Gouveia, Curimataí, Pouso Alto, e outras de menor importância; havia muita população esparsa nas fazendas de agricultura e criação, nos campos, nas lavras auríferas e diamantinas. Este aumento de população, a riqueza e importância do país deviam necessariamente criar novas relações entre os indivíduos e as autoridades, e exigiam que no Tijuco se estabelecesse a sede de uma administração especial (SANTOS, 1978, p.79).

Especialmente devido à exploração dos diamantes reconhecidos e explorados a partir do ano de 1729, o Arraial do Tijuco, passou a ser reconhecido como Distrito Diamantino (1934), e a fiscalização na região se tornou intensa, a fim de evitar o contrabando de diamantes. Na área do Distrito ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial do Intendente (PRADO JÚNIOR, 1970).

Em meados do século XVIII, houve uma crise geral dos preços dos diamantes, que se explica pela saturação do mercado mundial após a abertura de minas diamantíferas na África do Sul (MAGNANI, 2004). Diante disso, a antiga região mineradora viveu grave crise econômica.

Além da atividade mineradora, o Vale do Jequitinhonha, no decorrer de sua história, também se destacou pela indústria têxtil, exportação de algodão e etc. Porém, esta última também passou por um período de declínio de produção. Apesar de o algodão mineiro ser de boa qualidade, sobretudo o da região de Minas Novas - que chegou a ser exportado para a Inglaterra - “a distância do litoral em relação ao local de produção, aliada à dificuldade e ao custo relativamente alto dos transportes, inviabilizaram a continuação de sua exportação” (FERNANDES, 2005, p. 58).

Percebemos, então, que a região teve um processo de ocupação dinâmico, porém com o declínio das atividades que atraíram e justificavam sua ocupação, o Norte de Minas se viu envolto em um processo/discurso de isolamento (SERVILHA, 2012). Assim, iniciou-se um período em que a região fora imersa num esquecimento, que podemos classificar como “mito do isolamento”, nessa linha,

Como pensar uma região sem história por quase um século e meio, estagnada e fechada em si mesmo? Nesse período não ocorreram transformações, não houve momentos de maior ou menor contato com regiões vizinhas? O Vale viva autarquicamente? Não necessitava comprar nada, não dispunha de produtos para comercializar? (RIBEIRO, 2008, apud SERVILHA, 2012, p.30)

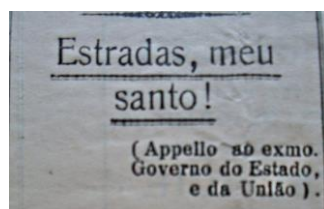
Podemos evidenciar um discurso referente a este processo de esquecimento, na edição de 03 de fevereiro de 1935 do jornal *A Estrela Polar*, o qual nos apresenta um pequeno artigo com o título de “*Estradas, Oh meu santo!*”. A breve argumentação – que foi reforçada em, pelo menos, duas edições seguintes do periódico - destacava a cidade Diamantina como centro aglutinador de interesses na região do Norte de Minas. O periódico enfatizava que as mais importantes instituições na estruturação do espaço do Norte de Minas tinham suas sedes em Diamantina.

E’ Diamantina, pelas suas optimas condições e sobretudo por ser servida pela Central do Brazil, o ponto racional de ligação do Norte Mineiro e da Matta, com a Capital do Estado e outros pontos; e para isso, duas estradas de rodagem apenas se fazem mister: uma, pondo-nos em comunicação com os municípios.
(*A Estrela Polar*, 03/02/1935: p. 3)

Todas essas estruturas se constituíram como empregadores e geradores de renda para a cidade (FERNANDES, 2005). Porém, estes investimentos estariam limitados e comprometidos, pela falta de estradas. Havia um aprofundamento das diferenças e desigualdades regionais, uma vez que após o declínio da mineração, a região do Norte de Minas, como um todo, passou a ser regida por uma nova lógica, interesses e mecanismos de controle (SERVILHA, 2012), neste caso, o esquecimento. O periódico era categórico em afirmar que:

Já se tem dito e escripto innumeras vezes que, das zonas de todo o Estado de Minas, é a do norte a mais esquecida, soffrendo ella a maior e a mais clamorosa injustiça dos governos. (*A Estrela Polar*, 03/02/1935: p. 3)

Com efeito, na perspectiva do *A Estrela Polar* o Norte de Minas era abandonado. O governo que atendesse ao pedido de dar-lhe estradas e integrá-lo ao restante do estado estaria “contribuído para a prosperidade, e progresso de uma região esquecida” (*A Estrela Polar*, 03/02/1935: p. 3). Além disso, a integração da região contribuiria, também, para a construção de uma unidade nacional.



Fonte: *A Estrela Polar*, 03 de Fevereiro de 1935, p.3

A luz das discussões sanitárias do início do século XX, outro aspecto relevante que convém destacar na análise do *A Estrela Polar*, refere-se ao seguinte trecho:

Alguem chamou, injustamente, de preguiçoso e indolente, o nordestino. Por engano. Um pouco de perspicacia e observar-se apenas o seguinte: - que o

trabalhador do extremo norte de Minas chegou a conclusão clara e positiva da inutilidade de seus esforços. Produzir pra que? Se não há estradas para transportar os seus productos, e por isso mesmo, nem mercado consumidor?! (*A Estrela Polar*, 03/02/1935: p. 3)

A arguição acima nos permite observar como a literatura se constituiu como um importante instrumento na formação de uma mentalidade sobre a importância do engajamento na luta pela reforma sanitária no país (CAMPOS, 1986). A explicação sobre a indolência, degeneração moral e física do sertanejo fora fortalecida pelo determinismo racial que inspirou produções literárias de diversos autores como, por exemplo, a primeira fase literária de Monteiro Lobato. Textos deste autor, publicados entre 1914 e 1919, e reunidos em obras que se tornaram clássicas como “Urupês” e “Problema Vital”, apresenta-nos a figura do Jeca Tatu. Assim, em “Urupês” (1914), fortalece-se nacionalmente o estereótipo do sertanejo enquanto detentor de uma “doença crônica”, caracterizada, sobretudo, por sua miséria, preguiça e improdutividade⁴.

Para André Campos (1986) a criação do Jeca Tatu chamava atenção para uma larga mão-de-obra em potencial – formada pelo homem do campo – que não estava integrada ao mercado. E como observamos no periódico *A Estrela Polar*, a questão era justamente essa, uma vez que “produzir pra que? [se estamos falando de uma região esquecida onde] não há estradas para transportar os seus productos, e por isso mesmo, nem mercado consumidor?!” (*A Estrela Polar*, 03/02/1935: p. 3).

Contudo, a perspectiva de Monteiro Lobato, em relação ao sertanejo, é reelaborada quando o mesmo produz a obra “O Problema Vital” (1919). Lobato *recupera* e *repensa* a imagem do Jeca Tatu, “deslocando do fator raça para o fator trabalho”, assim, a retomada do Jeca é decorrente de dois tipos de preocupações complementares, quais sejam:

Primeiro, a de repensar as teorias racistas importadas dos Estados Unidos e da Europa, segundo as quais, a qualidade da raça povoadora de um país era determinante para seu futuro; segundo, uma questão subjacente a essa: a modernização das relações de trabalho na sociedade brasileira, uma atualização que impunha o enquadramento das até então consideradas raças inferiores em uma economia de mercado, reabilitando-as (CAMPOS, 1986, p.36).

Desse modo, determinismos raciais perdem espaço e a apologia para a improdutividade do sertão passa a ser atribuída ao descaso das elites governantes (HOCHMAN, 1998). A publicação de *A Estrela Polar* corrobora com essa lógica, pois enfatizava que uma das formas de *reabilitar* o Norte de Minas “esquecido” seria corrigindo a má interpretação que “alguém fez

⁴ Sobre essa discussão cf.: Campos, 1986.

sobre o sertanejo”, considerando-o indolente e preguiçoso, para isso dever-se-ia investir na abertura de estradas, a fim de salvar o aquele povo do isolamento. A palavra de ordem nos editoriais era de superação do “Norte de Minas esquecido” e isolado.

Novas estradas significavam maior comunicação da esquecida região com outras áreas, como por exemplo, a Capital do estado. O periódico é taxativo ao denunciar o descaso para com o Norte, tanto quanto assumindo que sua redenção só seria possível mediante a integração do mesmo ao restante do estado,

a favor do Norte de Minas, - do Norte esquecido e abandonado; - do Norte, onde a falta de comunicações tem sido, e é, o maior entrave ao seu desenvolvimento, e empecilho único á prosperidade de uma zona fadada a futuroso porvir (A Estrela Polar, 10/02/1935, p. 3).

A perspectiva do abandono esteve presente em várias edições do *A Estrela Polar*, em 17 de fevereiro de 1935, outro artigo denunciava que a região estava “desprovida de estradas; sem casas bancarias onde obter dinheiro para sua actividade; sem escolas e sem profilaxia” os esquecidos do Norte de Minas eram de má sorte e por isso, não viviam, apenas vegetavam (A *Estrela Polar*, 17/02/1935, p.2). É importante considerar que a formulação destes discursos em favor da região, não tinham dados analíticos precisos, mas possuíam o objetivo de chamar a atenção do poder público para os problemas daquela localidade, que além de isolada, sofria com a falta de profilaxia, responsável pela permanência de endemias e epidemias, como sarampo, tuberculose e varíola, as quais eram constantes. Assim, a população do norte,

não vive, apenas végeta,
arrostando os azares de habitar
uma zona esquecida !

Fonte: Diamantina, 17 de Fevereiro de 1935, p. 2.

Os discursos dos periódicos da cidade de Diamantina demonstravam os anseios por mudanças em toda região. Não obstante, considerando que, como salienta Foucault (2007), os discursos possuem formas de encadeamento e sucessão, entendemos que chamar a atenção dos governos para a região, no referido período, mais que uma ação consequente dos ideais políticos, representava a necessidade da reescrita da história e da formação social do Norte de Minas. E o contexto do pós-revolução de 1930 era propício para demandar do poder público o apoio necessário para que a região adentrasse uma nova fase, superando o abandono.

A Revolução de 1930, e o crescente processo centralização e burocratização do poder estatal, mostrou-se afinada com a busca pela unificação nacional, como pode ser atestado pela criação, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Conforme destacou Servilha (2012), o IBGE fora fundando com o intuito de conhecer, diagnosticar e mapear as

diferenças sócio espaciais do território brasileiro. Segundo Diniz (2005), o órgão além de ter desempenhar papel importante na organização do quadro territorial brasileiro, também facilitava possíveis intervenções estatais. Contudo, a mais importante orientação do IBGE, seria a capacidade de criar condições para promover o processo de integração sócio espacial do território brasileiro, auxiliando no projeto de criação de uma unidade nacional.

A preocupação com o processo de integração sócio espacial, embora possa ser identificada inicialmente na década de 1930, não ficou circunscrita a este período, ao contrário, a questão entra na pauta do poder público para não mais ser abandonada facilmente. Assim, em termos de inserção da região do Vale do Jequitinhonha neste projeto de unidade nacional, é fundamental citarmos a criação da Fundação João Pinheiro, em 1969. Trata-se de uma entidade de direito público interno, vinculada ao Estado de Minas Gerais e voltada para a realização de projetos com fins de planejamento e gestão do estado. Como enfatiza Diniz (2005), nota-se, portanto que a FJP visa subsidiar intervenções estatais no âmbito do território mineiro.

Ambas as instituições – IBGE e FJP - apresentaram ao longo do século XX, propostas de regionalizações de Minas Gerais. O objetivo das propostas apresentadas era a sistematização regional do estado e, por conseguinte, a oferta de subsídios, seja na esfera federal ou regional, para intervenções no território mineiro. Assim, discorreremos a respeito de algumas propostas apresentadas, a fim de observarmos como ocorreu a criação do termo Vale do Jequitinhonha, uma vez que a divisão ocorreu com base em critérios socioeconômicos.

De abandonado à Miserável: a “reintegração” do Vale do Jequitinhonha ao cenário nacional

Em 1941, o IBGE apresentou a primeira divisão do território brasileiro em microrregiões, as *zonas fisiográficas*⁵, diante disso, Minas Gerais na sua porção Norte, passa por um novo recorte espacial institucional. Pela primeira vez, encontramos as microrregiões do *Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha*. Nesse momento, ainda não se menciona o termo *Vale do Jequitinhonha*. Apenas se delineia uma bacia hidrográfica que além das três zonas mencionados anteriormente – Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha – incluía as zonas fisiográficas de Montes Claros e Itacambira.

Segundo Diniz (2005), passadas mais de duas décadas, a divisão regional de 1941 apresentava limitações, tornando-se inadequada a nova realidade. Tais limitações estavam

⁵Unidades espaciais menores, que contava com 17 áreas/zonas, que respeitavam os limites estaduais (ibidem).

relacionadas às sucessivas emancipações municipais, o que paulatinamente comprometeu a antiga divisão. Concomitantemente, a defasagem da primeira divisão do IBGE, fora aprovada a Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa, em fevereiro de 1964, que criava a *Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha* – CODEVALE. Assim, novos estudos e análises para a região passaram a ser produzidos, surgindo, com isso, novos e velhos discursos ao seu respeito.

A CODEVALE é atribuída a redescoberta do Vale do Jequitinhonha, que como salientamos anteriormente, passou por um período de *esquecimento*, após a decadência da mineração e do seu potencial têxtil. A partir dos estudos da CODEVALE, a região passou novamente a ser alvo de observação atenta, sendo produzidos diagnósticos pelo estado e meios de comunicação, os quais enfatizavam aspectos negativos da região, que se tornara nacionalmente conhecida por sua miséria.

Assim, com novos dados sócios espaciais e econômicos, denunciados pela CODEVALE, bem como com a defasagem que a divisão regional de 1941 apresentava, ocorreu a necessidade de uma nova regionalização da região. Diante disto, o IBGE, em 1969 apresentou novas divisões do país. No novo recorte regional, surgem no estado de Minas Gerais as *microrregiões homogêneas*⁶: Mineradora do Alto Jequitinhonha, Pastoral de Pedra Azul, Pastoral de Almenara, Mineradora de Diamantina e Alto Rio Pardo (SERVILHA, 2012). Como podemos observar, até o referido momento, o termo *Vale do Jequitinhonha* não havia sido institucionalizado, por nenhum dos órgãos estatais, IBGE ou FJP.

Somente no final da década de 1960 e início da década de 1970, com o desenvolvimento de estudos de economia regional, surgem debates acerca das abordagens teóricas e metodológicas referentes à regionalização e desenvolvimento regional (DINIZ, 2005). Nesse contexto, a Fundação João Pinheiro, em 1973, apresenta uma nova regionalização que aponta o termo *Vale do Jequitinhonha* como denominação de uma das regiões de Minas Gerais, para *fins de planejamento*⁷. A nova divisão se baseava no argumento de que as regiões propostas “não foram construídas com base na realidade da época, mas sim em função de suas potencialidades econômicas futuras” (DINIZ, 2005, p.69).

É importante ressaltar que, além das divisões que citamos, existem outras, entretanto, como nosso interesse está circunscrito à *invenção* do Vale do Jequitinhonha, nos resguardamos

⁶ A divisão do Brasil em Microrregiões homogenias atende à necessidade de se compilar e divulgar dados estatísticos. Para isso, foram criadas áreas que apresentavam certa unidade na combinação de elementos geográficos naturais, sociais e econômicos (IBGE, 1970 *apud* DINIZ, 2005, p. 66).

⁷ Tratava-se de uma tentativa de agrupar as Microrregiões homogenias de Minas Gerais em oito grandes regiões, visando subsidiar o planejamento e desenvolvimento econômico e social do Estado (Ibidem).

de apresentar outras propostas de recorte espacial. Nesse sentido, nossa proposta é dimensionar o quanto uma divisão regional para “fins de planejamento”, apresenta-se frágil para analisar o contexto sócio histórico de determinada região. No caso específico do Vale do Jequitinhonha, como bem observou Nascimento (2009), a diversidade regional do Vale também se revela nas manifestações culturais, as quais apresentam traços da cultura europeia, indígena e negra. Entretanto, é comum essa região ser resumida a uma única interpretação, qual seja sob o estereótipo de *Vale da Miséria*.

Por essas reflexões, consideramos que o termo Vale do Jequitinhonha é inventado e construído a partir de interesses específicos, neste caso, a partir da necessidade de criar uma coesão territorial no estado de Minas Gerais. Assim, por meio da descoberta da pobreza desta região e do seu isolamento, houve concomitantemente, a criação do discurso de sua superação, o qual foi produzido e articulado, em especial pelos governos federal e estadual. Mas nosso interesse está além desses aspectos, interessa-nos compreender como este espaço, malgrado todo discurso sobre seu atraso e pobreza, bem como todas as ações que visavam inseri-lo na modernidade, conseguiu preservar determinados aspectos importantes de sua cultura e tradição. De modo especial, interessamo-nos pela permanência das práticas populares de cura, que coexistem com ao lado de práticas da medicina científica, que chega a este espaço, sobretudo, a partir das políticas de saúde pública.

Tradição e Modernidade: a permanência das práticas populares de cura no Vale do Jequitinhonha

As práticas populares de cura, no Vale do Jequitinhonha, de modo geral, guardam uma infinidade de “receitas” destinadas a curar enfermidades, picadas de animais peçonhentos e insetos, combater verminoses, bem como zelar pela saúde de bebês recém-nascidos, entre outros. Assim, dentre as práticas populares de cura mais comuns podemos destacar: a benzedura e o uso de plantas medicinais, as quais, muitas vezes, são exercidas em conjunto. As mulheres predominam neste campo do saber popular, por isso, são as grandes referências em se tratando do uso e da perpetuação das práticas de cura.

Sobre a perpetuação destes saberes é importante salientar que os mesmos guardam estreita relação com uma cultura popular não escrita, que se perpetua através da memória, sendo transmitida de pais para seus filhos, em especial, das mães para seus filhos. Como enfatiza E. P.

Thompson, “as tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral” (THOMPSON, 1998, p.18).

Particularmente no Vale do Jequitinhonha, que foi palco do contato estreito entre culturas fundamentais para a formação do povo brasileiro, a permanência e as práticas populares de cura, de modo geral, nos dão indícios das estratégias utilizadas pelos agentes populares de cura na perpetuação de suas práticas, sobretudo, em contextos nos quais o saber médico acadêmico se impunha como hegemônico. Em outras palavras, a perpetuação de tais conhecimentos, são representativas de como o saber tradicional foi capaz de resistir às injunções históricas sofridas pela imposição do saber médico que, a partir da primeira metade do século XIX, travava uma luta por sua hegemonia política (ALMEIDA, 2010).

Não obstante, o conjunto de saberes populares, muitas vezes, é colocado em prática ao lado de prescrições da medicina científica a qual se faz presente atualmente – através das políticas de saúde pública - na região. Embora haja uma tendência de se atribuir permanência das “curas populares” à ausência de um sistema de saúde público que atenda satisfatoriamente as necessidades da população, nossa pesquisa tem mostrado que esse tipo de associação é demasiado simples e não dá conta de explicar a questão. Temos observado que outros elementos concorrem para essa perpetuação, dentre os quais, destaca-se o fato de que as curas populares estão diretamente atreladas a cultura e identidade da população do Jequitinhonha. Desse modo, não é possível simplesmente descartar tais práticas de cura, substituindo-as por outras consideradas “mais modernas” e eficazes. Além disso, é preciso considerar que nem mesmo a institucionalização do saber médico as extinguiu.

De forma geral, as curas populares se constituem como um “saber herdado” por alguns membros de certas famílias, mas também podem ser adquiridos na vivência social. A especificidade de tais saberes consiste no fato de serem adquiridos oralmente e não serem compartilhados pelos médicos alopatas. Na prática, os curadores populares gozam de uma forte penetração social que, na maioria dos casos, somada ao caráter religioso, à cura do espírito, alcançavam uma área que o saber médico - científico não alça. Nessa linha, um dos argumentos médico-científicos para combater tais práticas, consistiu em revesti-los de um aspecto místico, ganhando com isso o apoio da Igreja católica se posicionava contra os rituais de cura envolvendo a magia, em termos laicos, combati-os a partir dos argumentos que os associava à ignorância e falta de civilidade. Por isso, refletir sobre as práticas populares de cura no Vale do Jequitinhonha, também nos permitirá entender se há uma relação entre a permanência destas práticas e a visão que entende a região sob o viés da pobreza, doença e atraso.

Em linhas gerais, podemos considerar a permanência, bem como as especificidades das práticas populares de cura no Vale do Jequitinhonha como resultado, respectivamente: 1) Do contato estreito entre três culturas distintas sejam elas: negra, europeia e indígena, com suas diferentes “artes de curar” e interpretações distintas sobre o corpo, natureza e saúde/doença. 2) Por se tratar de uma região distante dos centros urbanos, e consequente escassez de médicos e medicamentos, recorrer as práticas populares para atenuar problemas de saúde tornou-se hábito frequente até os dias atuais.

Saber Médico x Saber Popular: o caso do Curandeiro das Lages⁸

Obviamente, é preciso considerar que ao falarmos de práticos populares não nos referimos a um grupo homogêneo (ALMEIDA, 2010). Assim, analisaremos o processo de um curandeiro na cidade de Diamantina, apresentado no periódico *O Município*, para dimensionarmos, ainda que brevemente, a “emergência” dos saberes médicos como os “dominadores” das técnicas de curar⁹ no Vale do Jequitinhonha.

A partir do século XX, a luta pela hegemonia da medicina acadêmica ganhou mais força. Gradativamente os profissionais da categoria - especialmente os de perfil higienistas - assumiam cargos nos espaços públicos de poder e se constituíram como verdadeiros “parceiros” do Estado (CARVALHO, 2008).

Os debates políticos sobre questões de higiene começaram a aportar na direção de centralização e transformação da saúde em um problema nacional (FARIA, 2007). Nos primeiros anos da Primeira República, o Brasil dava os passos iniciais sentido a uma reforma sanitária e, nessa empreitada, utilizaram os periódicos como instrumentos na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde do país (FERREIRA, 2003, p.103).

Nessas manifestações da imprensa, os médicos diplomados, procuravam desqualificar e deslegitimar o saber curar popular, o qual foi associado à categoria de *charlatanice*¹⁰. O charlatanismo, na perspectiva de Almeida (2010), era entendido como uma marca do atraso, da ausência de civilidade, ao passo que os profissionais médicos o identificavam como um problema crucial para a sua hegemonia no que tange as artes de curar. No Vale do Jequitinhonha, malgrado a perspectiva do atraso, também se iniciou no século XX o combate à charlatanice,

⁸ Lages é a comunidade na qual vivia o curandeiro, zona semiurbana de Diamantina.

⁹ A técnica é um modo de fazer, cf: Figueiredo, 2002, p.65.

¹⁰ Sobre essa discussão cf.: ALMEIDA (2010), especialmente capítulo I.



como atesta o caso de Aprígio – noticiado no jornal *O Município* -, um curandeiro da região que foi taxado de charlatão após interrogatório com o Delegado de Higiene da cidade de Diamantina, Dr. Alexandre Maia.

Os relatos do processo do curandeiro foram apresentados em, pelo menos, três edições de *O Município*. No Jornal não temos muitas informações sobre a origem de Aprígio e, muito menos, de aspectos relacionados à sua condição social. Assim, na edição de 03 de Maio de 1901 é noticiado que,

Perante o delegado de policia deste municipio e o sr. dr. Alexandre da Silva Maia, digno delegado de hygiene, foi interrogado, no dia 28 do mez passado, o curandeiro Aprigio, de que ha tempos nos ocupamos. (*O Município*, 03/05/1901, p.3)

A referida edição apenas noticiava o interrogatório, do qual, não se ocupariam por falta de espaço e por não haver “nada de curioso ou do interessae dos leitores no interrogatório a que Aprigio”. No entanto, embora dessem o caso como encerrado, em pelo menos duas edições seguintes houve referência ao ocorrido. Esta dificuldade em definir se era interessante ou não o interrogatório do curandeiro, faz-nos inferir que havia a quem interessasse o desenrolar do processo. Talvez os médicos e outros agentes da incipiente rede de saúde pública da cidade de Diamantina, quisessem popularizar o caso, para “esclarecer” à população sobre os “perigos do charlatanismo”. Além disso, a palavra possui força suficiente para de trazer à tona, representações (KOSELLECK, 2006) que podem produzir diferenciações sociais a partir do cultural. Em outras palavras, a retórica do jornal, ao se referir a prática do curandeiro como algo que não era interessante, constituía-se como uma tentativa de desqualificar o seu saber, no bojo deste discurso, estava a construção de um processo de reconhecimento de identidades (CHARTIER, 2002), nesse caso o saber científico em detrimento à “ignorância” da superstição popular. Procedemos ao processo, observando a edição de 18 de Maio de 1901,

Embora promettessemos em o nosso numero passado, deixamos de publicar o interrogatorio a que foi submettido o Aprigio, por que nelle nada encontramos de curioso o que interesse aos nossos leitores. O curandeiro, sendo enterrogado pelo dr. Delegado de hygiene, respondeu que somente applica como remedio algumas plantas medicinaes, como abobora do matto, pireto, carobinha, etc. Quanto ás adivnhações, é habilidade muita que o finorio tem para *chuchar* os dez mil reis do pobre *ingenuo* que o procura para consultar. (*O Município*, 18/05/1901, p.4)

A retórica do jornal, associava a procura por Aprigio, como “igenuidade e ingorância” da população em relação ao mal que o charlatão poderia causar à saúde, bem como à exploração financeira. Observamos com isso uma clara tentativa de desqualificar, não apenas o trabalho do curandeiro, como seu caráter. Segundo Almeida (2010), o uso de plantas é a herança mais forte dos indígenas brasileiros, assim, o curandeiro pode ser definido como aquele que cura com vegetais, substâncias animais, mas, sobretudo que associa tais elementos à magia. Como destacado, o curandeiro Aprigio fazia uso de plantas, mas também de adivinhações - gesto mágico - importante para a efetivação da cura, uma vez que o curador precisa “‘olhar a doença’, ver o mal que existe e se é algum mal feito que ele precisava cortar” (ALMEIDA, 2010, p.36).

Os elementos religiosos e mágicos foram interpretados como uma barreira ao avanço da ciência (ALMEIDA, 2010). No entanto, os discursos médicos contra os “charlatões” não obtiveram progressos imediatos no sentido de inserir a medicina acadêmica entre os costumes usuais da população brasileira, ao contrário, mostrou-se como um processo lento e marcado por continuidades e rupturas, como se atesta o fato de que a “outra medicina” – alternativa ou popular – como é chamada por alguns, continuou e ainda continua sendo praticada. A tradição é tão persistente quanto à “pressão das inovações e novidades” (FIGUEIREDO, 2002, p. 77).

O processo de “sacralização” do saber médico-científico e a repressão às outras práticas de curar não foi suficiente para extinguir estas últimas. Assim, consideramos que atualmente a permanência destas práticas populares representa uma contra-hegemonia ao discurso médico, em outras palavras, representa a resistência dos curadores e dos próprios doentes que compartilhavam de concepções distintas das preconizadas pelos discursos da medicina acadêmica (ALMEIDA, 2010).

Acabar com o charlatanismo era uma questão política que, na perspectiva médica, garantiria o progresso da nação. A batalha discursiva contra as práticas dos charlatões era uma constante na imprensa, a força simbólica que esta retórica representava precisa ser considerada, pois visava transformar a visão de mundo da população. O que estava em jogo era o monopólio da arte de curar, como salientado por Bordieu (2007) a violência simbólica – neste caso a enunciação, a retórica dos periódicos – pode produzir instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, ou seja, o poder de impor e inculcar.

Assim, no último relato sobre Aprigio em *O Município*, na edição de 30 de setembro de 1901, observamos que os editores fizeram uso de palavras que denegriam a imagem do curador.

Não há muito tempo que, com a sobredicta epigraphe, nos ocupamos das suppostas curas do *astucioso* Aprigio, de que os nossos leitores devem estar

lembrados, e para os quais chamamos a atenção do sr. delegado de policia, que no cumprimento de seu dever, o fez vir a esta cidade e o intimou a não continuar com o seu mefifico meio de vida. Constanto, porém, que o famigerado espertalhão transferiu a sua residencia para a sede do districto de Mercês de Arassuahy, onde, certamente estabelecerá o seu *consultorio*, cabe ao sub-delegado de policia daquela localidade prohibir que tão audaz *milagreiro* applique seus remedios por serem muito perigosos. (*O Municipio*, 30 de Setembro de 1901, p.4)

Os médicos acusavam todos aqueles que curavam sem autorização de usar meios enganosos para adquirir dinheiro e se tornarem conhecidos entre a população (ALMEIDA, 2010). Desse modo, Aprigio foi definido pela imprensa como “espertalhão e milagreiro” e suas práticas foram definidas como “astuciosas e muito perigosas”. O vocabulário grave e ofensivo demonstrava o processo de construção de uma hegemonia da categoria médica sobre as práticas de cura.

Na matéria, observamos que Aprigio foi proibido de exercer suas práticas em Diamantina e, por isso, se deslocou para o distrito de Mercês de Arassahy. Não sabemos se lá o curandeiro continuou a prática de curar. Contudo, é importante considerar que nem mesmo a desqualificação dos curadores, através da publicidade dada aos processos sofridos por eles, bem como da caracterização negativa de suas práticas, não implicaram na aceitação passiva e imediata da sociedade à medicina acadêmica (ALMEIDA, 2010, p.66).

No Vale do Jequitinhonha as práticas populares de cura auxiliam na preservação e perpetuação da memória, tradições e identidades da região. Estudá-las nos fornece indícios da compreensão da população sobre os processos de saúde e de doenças e suas escolhas frente às ofertas de assistência de cura.

Em suma, as práticas populares de cura foram menosprezadas em detrimento do avanço das ciências médicas, no entanto, malgrado todo o processo de repressão aos “curadores” não médicos, há uma permanência das mesmas na sociedade, com maior ou menor grau de intensidade dependendo da região. Nessa perspectiva, ressaltamos que se deve ter cuidado ao atribuir a uma região - que vêm se destacando como um espaço privilegiado na transmissão de saberes acerca das relações com a saúde, o corpo e a natureza - conotações negativas. Haja vista classificar uma região como atrasada e miserável, visão comumente associada ao Vale do Jequitinhonha, implica suprimir elementos importantes, que vão além da pobreza material, tais como identidade, tradição e cultura.



Fontes:

- Entrevistas de História Oral com “curadores” da região do Alto Vale do Jequitinhonha.
- Jornal *A Estrela Polar*, edições da década de 1930. Acervo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.
- Jornal *O Município*, edições de 1901. Acervo da Biblioteca Antônio Torres, Diamantina.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes de lá*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Diádiney Helena de. *Hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde]. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Ática, 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARVALHO, Keila Auxiliadora de. *A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais*. [dissertação de mestrado]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CHARTIER, Roger. “*História intelectual e história das mentalidades*” e “*O mundo como representação*”. IN: CHARTIER, R. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 23-79.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. *O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 59-77, dez. 2005.

FARIA, Lina. *Saúde e Política: A fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*./ Lina faria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 206p. (Coleção História e Saúde).

FERNANDES, Antônio C. *O Turíbulo e a Chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*. [dissertação de mestrado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FERREIRA, Luiz O. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney [org.]. *Artes de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber* - 7a ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 151-219.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do Saneamento*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.



MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *O Hospício da Diamantina – 1889 – 1906*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2004.

NASCIMENTO, Elaine Cordeiro. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. *Revista de artes e humanidades*, Nº4, Maio - Outubro de 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. 1ª Ed. 1970.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região*. In: NOGUEIRA, M. D. P. [org]. *Vale do Jequitinhonha: Cultura e desenvolvimento*. – Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, Beatriz T. *Fragmentos de um mundo oculto: práticas de cura no sul do Brasil*. In: HOCHMAN, Gilberto. [org.]. *Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.